

**Policiais Militares Brasileiros: ciclo de protestos e punições corporativas**

Juniele Rabêlo de Almeida\*

**Resumo:** Este artigo investiga o *ciclo de protestos* policial militar, ocorrido ao final do primeiro semestre do ano de 1997 (manifestações em treze estados do país: Pará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Procura-se, para tanto: analisar a corporação Polícia Militar, revelando a hierarquia e a disciplina enquanto pilares dessa instituição; compreender a emergência de um *novo repertório da ação coletiva* policial militar. A pesquisa evidencia uma crise de identidade do praça da Polícia Militar a partir do choque entre a *cultura militar* (expressa por meio dos preceitos referentes a valores e normas institucionais da PM, compartilhados dentro de um passado e aspirações comuns) e a *cultura política democrática* (relacionada à democratização que se passa nas sociedades contemporâneas, junto às coletividades que a almejam, a partir de uma linguagem política de representações, gestos e ritos, um mesmo ideal).

**Palavras-chave:** Policiais Militares – Ciclo de Protestos – Repertório da Ação Coletiva

**Abstract:** The article investigates the cycle of protest by the military police at the end of the first semester of 1997 (in: Pará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina and Rio Grande do Sul). This study has been trying: to analyze the Military Police corps, revealing the hierarchy and discipline as being the pillars of this institution; to understand the rise of the new military police repertoire of collective action. The research has proven an identity crisis of the privates of the Military Police as from the clash between the military culture (expressed by the principles referring to the institutional values and rules of the Military Police, shared within a mutual past and ambitions) and the democratic political culture (related to the democratization which occurs in modern societies, next to the communities that languish for it, based on a political language of representation, gestures and rites, a same ideal).

**Keywords:** Military Police - Cycle of protest - Repertoire of Collective Action.

As manifestações reivindicativas de policiais militarizados na esfera pública nacional expressaram um novo *repertório da ação coletiva*<sup>1</sup> no primeiro semestre do ano de 1997. A partir de uma rápida difusão modular das ações reivindicativas do baixo escalão da Polícia

---

\*Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO – USP).

<sup>1</sup> O *repertório de ações coletivas* refere-se ao conjunto limitado de estratégias já conhecidas, circunscritas por estratégias anteriores e recursos à disposição, para atingir certos fins. Ver TILLY, Charles. Contentious Repertoires in great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

Militar de Minas Gerais, no dia 13 de junho de 1997, intensificou-se a solidariedade e, conseqüentemente, aumentou o poder de mobilização de PMs<sup>2</sup> de outros estados brasileiros que enfrentavam oficiais e Governo na arena política.

O *ciclo de protestos*<sup>3</sup> dos praças envolveu treze estados, de norte a sul do país (Pará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), durante os meses de junho e julho de 1997. A crise policial militar brasileira expressou forte caráter inovador representando o desgaste conjuntural de elementos próprios da corporação.

É possível encontrar nos protestos aludidos uma inovação substantiva no *repertório de ações coletivas* dos trabalhadores, tendo em vista a emergência de greves militares: um conflito aberto com armas. O *ciclo de protestos* dos praças expressou um novo meio de ação, um novo *repertório da ação coletiva* dos PMs, calcado, antes desse evento, na idéia de negociação dentro da arena administrativa: diálogo com o Alto Comando e com o Governo.

O movimento dos praças mineiros<sup>4</sup> tornou-se um estandarte tático para a ação coletiva dos PMs brasileiros. Gerou um *ciclo de protestos* que alcançou diversas localidades do território nacional, afirmando a iniciativa grevista dos policiais militares:

*A crise aberta pela Polícia Militar de Minas Gerais no mês passado já se alastrou pelas polícias de vários estados e obrigou o Exército a ir para as ruas, até agora, em seis deles. Em Alagoas, a PM desafiou e enfrentou o Exército, transformando o centro de Maceió em praça de guerra, num fogo cruzado de cinco minutos. (Jornal do Brasil, 18/07/1997, p. 1)*

*Acostumados a reprimir protestos, PMs vindos de dezenas de municípios gaúchos agiram como sindicalistas, marcharam pelas ruas de Porto Alegre e promoveram um silvo que as paredes do Palácio Piratini, mais acostumadas às sinetas dos professores, jamais ouviram. (Zero Hora, 18/07/1997, p. 1)*

*Com fuzis e metralhadoras, 615 homens ocuparam ontem as ruas de Recife. Tropas federais policiam Campo Grande, Maceió, João Pessoa e Porto Alegre. Em São Paulo, o protesto das mulheres de PMs teve apoio do MST e da CUT. O Governo pensa em decretar estado de calamidade em Alagoas para agilizar a liberação de verbas. (O Globo, 22/07/1997, p. 13)*

*Oito municípios goianos do Entorno do Distrito Federal estão sem policiamento nas ruas desde a manhã de ontem, depois que todo o efetivo do 10º Batalhão da Polícia Militar de Goiás decidiu não mais sair dos quartéis em protesto (Jornal de Brasília, 22/07/1997, p. 8)*

<sup>2</sup> O termo *PM* ou *PMs* refere-se tanto às instituições Polícias Militares estaduais quanto aos seus membros.

<sup>3</sup> Fenômeno que tem por característica a rápida transmissão reivindicativa de uma ordem modular apreendida, adaptada e rotinizada. Ver TARROW, Sidney. *Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention*. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

<sup>4</sup> A greve policial militar belo-horizontina iniciou-se no dia 13 de junho de 1997 com uma grande passeata (fardada e armada) nas principais ruas da cidade. A crise agravou-se no dia 24 de junho, quando os praças da corporação saíram novamente em passeata. Ver: ALMEIDA, Juniele Rabêlo. *Um novo repertório da ação coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte no ano de 1997*. Belo Horizonte, 2004 (Dissertação de Mestrado. Departamento de História. FAFICH-UFMG).

Os subalternos da corporação apropriaram-se da greve, sem, contudo, abandonar o arsenal militar que lhes revela identidade. O *ciclo de protestos* colocou em cena policiais militares, especialistas no controle oficial do espaço público, fardados e armados, reivindicando. Emergiu assim, um diálogo entre uma *cultura policial militar*, expressa pelos preceitos militarizantes referentes a valores e normas institucionais, e uma *cultura política*<sup>5</sup> relacionada à democratização que se passa nas sociedades contemporâneas.

A experiência histórica do *ciclo de protestos* policial militar abarcou aspectos tipicamente militares (armas - tiros -, fardas, hinos, e outros elementos presentes na formação do PM), bem como elementos caros às ações grevistas "paisanas" (queima de contracheques, minuto de silêncio em memória de colegas mortos em serviço, orações, faixas, músicas de protesto e palavras de ordem). O novo *repertório da ação coletiva* policial militar apontou para a modernidade, no âmbito da convivência social dos soldados-cidadãos revelados enquanto sujeitos de direito, por meio de uma cultura política democrática da qual a greve faz parte.

### **O caráter democrático policial militar brasileiro**

A dificuldade de se compatibilizar o princípio da igualdade e o direito de participação, inerentes à democracia, com a especificidade de uma categoria inserida em uma estrutura organizacional hierarquizada e rígida, tornou possível a emergência de movimentos grevistas no seio da corporação policial militar.

O maior grau de escolaridade dos praças, a organização dos policiais militares em clubes e associações, a sua politização e a presença feminina, preparavam de certa forma, o *ciclo de protestos* nacional de 1997. A redemocratização brasileira, empreendida a partir da década de 1980, provocou nas corporações policiais militares, transformações decorrentes do questionamento da real função pública que deveriam assumir diante do Estado Democrático de Direito.

O enrijecimento corporacional do período da ditadura militar foi sofrendo gradativamente um processo de rompimento do modelo militarizado com o crescimento das práticas democráticas e o fortalecimento da cidadania. A crise de identidade dos policiais militares brasileiros, na década de 1990, representou a falta de sintonia entre o avanço social do policiamento e a estrutura militarizante (fracionada, autoritária e afastada das

---

<sup>5</sup> Conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História política e o conceito de cultura política. LPH: *Revista de História - ANPUH/MG*. Juiz de Fora: UFJF, n. 6, 1996, p. 83-91.

comunidades) que não conseguia responder às exigências impostas pelo novo contexto social<sup>6</sup>.

O *ciclo de protestos* dos policiais militares esquentou, significativamente, a discussão sobre segurança pública no Brasil. Iniciativas de Fernando Henrique Cardoso, presidente à época, engendraram, com conseqüência do *ciclo*, reformas nas polícias Civil, Militar e Federal. As repercussões políticas das manifestações dos PMs encontram-se ainda acesas em discussões sobre a necessidade de reformulação da instituição policial militar no país. O lançamento do Plano Federal de Segurança Pública, em maio de 2000, expressou principalmente a necessidade da integração entre Polícia Militar e Polícia Civil.

O exame das ações reivindicativas dos policiais militares que participaram do *ciclo de protestos*, envolvendo os treze estados brasileiros, revela: (1) o processo por meio do qual os policiais militares de baixa patente abalaram a disciplina e a hierarquia que constituem os dois principais elementos de controle militarizantes da corporação; (2) a crise de identidade policial militar após a redemocratização brasileira; (3) as reivindicações dos policiais militares de cada estado brasileiro envolvido (para além da questão salarial); (4) a formação das lideranças dos movimentos grevistas, ocorridos em 1997, no interior das instituições policiais militares brasileiras; (5) a repercussão do *ciclo de protestos*, considerando as expulsões dos policiais militares manifestantes e a luta pela anistia.

Experiências relativas às greves e às punições corporativas são evidenciadas em entrevistas de *história oral*<sup>7</sup> que destacam as visões dos atores sociais (policiais militares brasileiros) permitindo desenvolver e fundamentar análises a partir da constituição de fontes e arquivos orais que desempenham papel fundamental na relação entre memória e história. Em conformidade com os pressupostos de um “projeto de história oral”, objetiva-se, organizar e coletar depoimentos com *policiais militares brasileiros [colônia]*<sup>8</sup> que foram *expulsos da corporação após participarem do ciclo de protestos nacional ocorrido no primeiro semestre*

---

<sup>6</sup> Somente nos anos 1990 se iniciou uma discussão nacional na qual apareceram debates sobre a participação da sociedade, polícia comunitária, controles sociais. Os Estados brasileiros se organizaram com Ouvidorias e as organizações reformularam as corregedorias policiais. A sociedade democrática brasileira sentiu a necessidade de discutir o tema, e os legisladores aprovaram o princípio participativo de segurança pública na Constituição, ao instituírem que a *segurança pública é um dever do Estado e responsabilidade de todos*. Ver: BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz, GUIMARAES, Luiz Brenner, GOMES, Martin Luiz. *A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã*. São Paulo: Perspectiva, vol.18, n.1, 2004, p.119-131.

<sup>7</sup> A literatura consagrada de história oral engloba textos gerais, trabalhos pioneiros e trabalhos temáticos, como os de Thompson (1992), Meihy (1996a), Ferreira (1994), Alberti (1989), Simson (1997), Bosi (1987), Neves (2006).

<sup>8</sup> Segundo Meihy (1996) a *colônia* refere-se a uma coletividade ampla que tem uma *comunidade de destino* marcada.

do ano de 1997 [comunidade de destino<sup>9</sup>]. A *história oral de vida* sugere características do narrador / colaborador (formação profissional; circunstâncias que o levaram a participar das greves; a expulsão e a busca da anistia) por meio de narrativas pessoais em um espaço de subjetividade (impressões, sentimentos, sonhos).

Após os movimentos reivindicatórios de 1997, abriram-se procedimentos administrativos e penais militares contra os praças manifestantes<sup>10</sup>. Os protestos foram enquadrados como revolta e motim, sujeitos a pena legal. Em muitos Estados, os Comandos instauraram “Inquérito Policial Militar”, por unidades, objetivando apurar a participação dos praças. Os autos foram remetidos à Justiça Militar Estadual, pois: “*competete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e Bombeiros Militares nos crimes militares definidos em lei. Cabendo ao Tribunal competente decidir sobre a pena do posto e a patente dos oficiais e da graduação da praça*”<sup>11</sup>.

A transgressão disciplinar é geralmente prevista como os atos contrários à boa ordem ou aos regulamentos militares, não previstos como crime nas leis penais. Crime militar é, pois, a violação do dever militar. Questionou-se, a partir desses princípios, a aplicação da pena administrativa capital (exclusão disciplinar) a muitos policiais militares brasileiros. Alegou-se, à época, que tais exclusões foram atos de discriminação, perseguição e vingança de oficiais administradores. Verifica-se, então, que, com o fim do *ciclo de protestos* dos praças, outros movimentos surgiram: ações pela anistia dos excluídos que alcançaram vitórias parciais. Em Minas Gerais, criou-se o artifício de enquadrar os policiais militares anistiados no Corpo de Bombeiros, que foi separado da PMMG<sup>12</sup>.

Atualmente, busca-se enfatizar que a missão das polícias militares, diferente da das Forças Armadas, é essencialmente civil. A disciplina pode ser modernamente interpretada e aplicada às Forças Auxiliares, policiais militares, que encontram na segurança pública o objeto próprio de suas ações institucionais.

---

<sup>9</sup> Segundo Meihy (1996) a *comunidade de destino* revela o motivo central que identifica a reunião de pessoas com determinantes características afins.

<sup>10</sup> Em Minas Gerais: “no dia 27 de junho, o Comando da Polícia Militar já estava pronto por meio de Inquérito Policial Militar (IPM), para aplicar as penas previstas no Código Penal Militar (CPM). Todos os praças que participaram do movimento deveriam ser duramente punidos” (*Hoje em Dia*, 29/6/1997, p. 1).

<sup>11</sup> O Art. 125 § 4 da Constituição Federal (1988).

<sup>12</sup> A Emenda à Constituição número 39, de 2 de junho de 1999, alterou a redação dos artigos 39, 61, 66, 90, 106, 110, 111, 136, 137, 142 e 143 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promovendo a desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, passando o Art. 142 a vigorar.

## Novas direções para a teoria dos movimentos sociais

A grande produção acadêmica brasileira sobre movimentos sociais (Dagnino, 1994; Doimo, 1997; Gohn, 2004; Jacobi, 2002; Moisés, 1990; Sorj, 1983; Telles, 1987) aponta a variedade de investigações sobre as formas específicas de contribuição dos novos atores sociais à construção da democracia. Observam-se, nestes estudos, perfis organizativos próprios e diferentes articulações entre os movimentos sociais e o aparato institucional.

As interações entre as concepções de *repertório* e *ciclo de protestos* ajudam a explicar a ordem modular da ação coletiva. Segundo Traugott (1995), *modularidade* refere-se à facilidade com que um modelo de contenção é apreendido, adaptado, rotinizado e difundido por um grupo, um local, ou de um momento para outro.

*Ciclos de protestos* tendem a produzir inovações no *repertório da ação coletiva*, pois agilizam a difusão das ações, intensificando a solidariedade dos manifestantes e, conseqüentemente, aumentando o poder de mobilização. Os *ciclos de protestos* dinamizam o jogo do *repertório da ação coletiva*. Entretanto, ao facilitarem a rápida transmissão do movimento, eles facilitam também o "olhar" das autoridades, que rapidamente aprendem a responder efetivamente às manifestações.

Com efeito, parece apropriada, ao estudo do movimento reivindicatório dos policiais militares, a aplicação contextualizada dos conceitos de *ciclo de protestos* e *repertório*. Mirando-se no exemplo mineiro, de junho de 1997, PMs de diferentes estados também começaram a se mobilizar (fardados e armados) com criativas e peculiares performances:

*Em Pernambuco, os praças da PM, com o rosto pintado, promoveram o enterro simbólico do governador Miguel Arraes. Na Paraíba, sob o olhar do Exército, eles entraram em greve e, numa manifestação para ressaltar a inação, deitaram-se, fardados, sob árvores das praças. No Rio Grande do Sul, os PMs marcharam 6 quilômetros em direção ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. No caminho, cantando a música-protesto de Geraldo Vandré Pra Não dizer que Não Falei das Flores, foram saudados com uma chuva de papel picado e buzinas. (Revista Veja, 23/7/1997, p. 30).*

Ficou evidenciado que o direito de greve garantido aos trabalhadores civis tornou-se instrumento de pressão da categoria policial militar. Encorajados pelo ato audacioso e embalados pela união do grupo, os praças não pouparam desabafos. O *novo repertório de ação* marcou, assim, não só a história da corporação, como atingiu a estrutura administrativa federal em um *ciclo de protestos* da massa militar sem precedentes na história do Brasil.

O movimento reivindicatório dos policiais militares, sob o signo do novo, aliou a farda à política em um *novo repertório de ações* para essa categoria que constitui um Aparelho

Repressivo do Estado<sup>13</sup>. As manifestações dos praças, ocorridas entre os meses de junho e julho de 1997, revelaram o rompimento hierárquico da relação praças/oficiais da Polícia Militar. Essa ruptura, por outro lado, indicou o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os praças, o que contribuiu para o estremecimento, mesmo que contextual, dos princípios institucionais obedecidos historicamente por meio de um novo *repertório de ações coletivas*.

A crise da Polícia Militar brasileira evidenciou que o praça dessa corporação, apesar de se inserir em um modelo disciplinar hierárquico, passou a ser capaz de reivindicar publicamente, enquanto *sujeito de direitos*, garantias individuais tais como: liberdade de opinião, de expressão, de manifestação, associação, salário digno, condições satisfatórias no trabalho, dignidade, não-discriminação e igualdade.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Juniele Rabêlo. *Um novo repertório da ação coletiva: movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar em Belo Horizonte no ano de 1997*. Belo Horizonte, 2004 (Dissertação de Mestrado. Departamento de História. FAFICH-UFMG).

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964 –1984*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

BEATO, Cláudio Chaves. Polícia e sociedade democrática. *Conjuntura Política*. Belo Horizonte: UFMG, n° 17, 2000, p. 17-22.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz, GUIMARAES, Luiz Brenner, GOMES, Martin Luiz. *A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã*. São Paulo: Perspectiva, vol.18, no.1, 2004, p.119-131.

BENEVIDES, Maria Victória. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.

BORGES FILHO, Nilson. *Os Militares no Poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

CALDAS, Alberto Lins. *Hermenêutica do Presente. Caderno de Criação*. Porto Velho: UFRO/Dep. de História/CEI, n° 11, ano III, 1996.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

---

<sup>13</sup> As Polícias Militares são Aparelhos Repressivos do Estado: executam vários tipos de policiamento ostensivo fardado para honrar a missão de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

- CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- DAGNINO, Evelina (org.), *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.
- FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- FLEURY, Maria Teresa Leme, FISCHER, Rosa Maria. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1990.
- FLORES, Mário César. *Bases para uma política militar*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2004.
- JACOBI, Pedro. *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- KAHN, Túlio. *Velha e nova polícia*. São Paulo: Sicurezza, 2002.
- LEINER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LEINER, Piero de Camargo. A Pesquisa de Campo com Militares: algumas questões metodológicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.12, n.34, 1997.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996a.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral: um locus disciplinar federativo. In: *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996b.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996c.
- MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e Participação*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1990.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História política e o conceito de cultura política. LPH: *Revista de História - ANPUH/MG*. Juiz de Fora: UFJF, n. 6, 1996, p. 83-91.
- NEVES, Lucília de Almeida. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.



NEVES, Lucília de Almeida. Reflexões sobre Memória e História. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, v.4, 1987, p.142-145.

OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia (orgs). *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Vozes/FAPESP, 1999.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e a Crise Política: O Caso das Polícias Militares. In: DA MATTA, Roberto (Org.). *A Violência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

SIMSON, Olga de Moraes (org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

SORJ, Bernardo & ALMEIDA Maria Hermínia Tavares (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAUGOTT, Mark. Recurrent Patterns of Collective Action. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.